

«Ona», um arcaísmo galego-português.

Breve contributo para o estudo das fórmulas de tratamento na língua medieval galego-portuguesa

CLARINDA DE AZEVEDO MAIA
Universidad de Coimbra

Quando, há alguns anos, em vários arquivos de Espanha e Portugal, procedia à selecção de antigos documentos, com vistas a uma edição de textos não literários da área galego-portuguesa¹, deparei, num documento orensano do século XIV, com a forma *ona* que me era totalmente desconhecida. O documento em que, pela primeira vez, encontrei essa palavra, pertence aos fundos do «Archivo Histórico Nacional» (Madrid) e aparece incluído na série documental do mosteiro de San Payo de Antealtares (Santiago de Compostela), figurando, na pasta 522, com o número 21. Trata-se de um documento datado de 1367 e lavrado por «Diego Martinz, notario em Ramyraas», actualmente San Pedro de Ramiranes, no município de Ramiranes, part. jud. de Celanova, província de Orense. A inclusão do referido pergaminho na série de documentos do mosteiro de San Payo de Antealtares compreende-se facilmente se se tiver em conta que o mosteiro de Ramiranes foi anexado, com a reforma beneditina de 1499, ao outro que a mesma Ordem possuía em Santiago². Essa agregação é confirmada pela bula de Júlio II de 1 de Outubro de 1504 e, desde então, Ramiranes ficou reduzido à condição de priorado administrativo daquele mosteiro compostelano³.

No referido documento, em que o mosteiro de Ramiranes afora a João

¹ Essa edição de documentos linguísticos galego-portugueses foi incluída no trabalho em curso que será brevemente publicado e que se subordina ao título *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. (Com referência à situação do galego moderno)*. A referida edição fornece os materiais para o estudo linguístico sobre o antigo galego-português feito no decurso do trabalho com a finalidade de conhecer até que ponto divergiam as variedades correspondentes às duas grandes regiões da área galego-portuguesa, situadas respectivamente entre o Douro e o Minho e entre o Minho e o Mar Cantábrico.

² Emilio Duro Peña, *El monasterio de San Pedro de Ramiranes*. In: *Archivos Leoneses. Revista de Estudios y Documentación de los Reinos Hispano-Occidentales*, ano XXV, n.º 49, Janeiro-Junho de 1971, p. 32.

³ Idem, *ibidem*, p. 32-33.

Domingues e a sua mulher Maria Lourença a leira chamada da Nogueira, ocorre duas vezes a forma *ona*:

«sabeã quantos esta carta qiren como nos donna Giomar Mendez, ona do moesteyro de Ramiráás, et óo conuento dese lugar aforamos a uos Johan Domingues, morador nas Quintáás d'Eyres, et a uossa moller Maria Lourença et a quatro uozes apus uos hũa outra que sseiã uossas ssemellauiles, hũa leyra d'erdade que chamã da Nugeyra (...);

«et eu, Diego Martinz, notario em Ramyraas porlla dita ona et conuento, que a esto presente foy et esta carta em mja presença fige escripuir et meu ssignal y fige que tal este»⁴.

A forma chamou-me à atenção pela sua curiosa configuração fonética e pelo facto de, à primeira vista, não aparecer associada a outras da mesma família. Desconhecia por completo a forma ou outras análogas nas colecções de documentos da Galiza ou de Portugal anteriormente publicadas⁵, assim como nos pergaminhos manuscritos que havia manuseado para seleccionar os textos que haviam de integrar a referida colecção de documentos linguísticos da área galego-portuguesa. Uma sondagem feita aos glossários que acompanham edições de textos medievais da Galiza e de Portugal, assim como ao *Elucidário* de Viterbo⁶, confirmou-me que estava em presença de uma forma não registada até então, possivelmente de uma forma rara ou mesmo desconhecida noutras zonas.

Mais tarde, ao contactar com a selecção documental do referido mosteiro

⁴ O texto integral desse documento é apresentado no trabalho referido na n. 1, figurando, na respectiva edição, com o n.º 74. Por razões óbvias, simplificou-se, nalguns pormenores, a transcrição aí apresentada, mas sem que os passos agora transcritos percam o seu valor como documentos linguísticos.

⁵ Relativamente à Galiza, refiro-me muito concretamente às seguintes edições: Andrés Martínez Salazar, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. La Coruña (Imp. de la Casa de Misericordia), 1911; Margor Sponen, *Documentos antiguos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura*, vol. VII, 1934, p. 113-192; Xesús Ferro Couselo, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. I. Terras de Ourense. 2 vols., Vigo (Editorial Galaxia), 1967.

Quanto a Portugal, é muito escassa a produção científica no âmbito das edições de documentos linguísticos. Nestes últimos anos, manuseei com frequência os documentos publicados pelo historiador e paleógrafo Pedro de Azevedo na *Revista Lusitana* e no *Arquivo Histórico Português*, assim como algumas colecções documentais publicadas por historiadores.

Sobre a bibliografia de Pedro de Azevedo no âmbito das edições de antigos documentos, veja-se Luís F. Lindley Cintra, *Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie*. In: *Actas do Colóquio* organizado pelo "Centre de Philologie Romane" de Estrasburgo, de 30 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1961 [sob a epigrafe] *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du moyen âge*. Paris (Klincksieck), 1963, p. 170.

⁶ Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo, por Mário Fiúza. 2 vols., Porto e Lisboa (Livraria Civilização), 1962-1966.

orensano publicada por Emilio Duro Peña no artigo *El monasterio de San Pedro de Ramiranes*⁷, pude verificar que a palavra, com diferentes variantes gráficas (*ona, onna, honna, hona*), é largamente empregada para designar a abadessa do mosteiro, tanto na documentação em latim como na documentação em língua galego-portuguesa. Durante cerca de três séculos, a forma surge nos documentos de Ramiranes, utilizada, portanto, por notários muito variados e aplicada a diferentes abadessas do mosteiro: pelo menos desde 1137 até 1423⁸, *ona* é a designação habitual da abadessa. A título de exemplo, referirei uma ou outra abonação da palavra, empregada como substantivo comum, quer nos documentos em latim, quer nos escritos já em galego-português:

«ego Maria Fernandi III^a *Ona* in Ramiranis et eiusdem capitulum uniuersum damus adque concedimus tibi Iohanni Petri et uxori tue Marine Petri et omni uoci uestre medietatem partem unius montis in loco qui dicitur Quartas» (1253, doc. 4)⁹;

«si aliquis de populatoribus ipsius ville fuerit latro, aut malus homo, aut superbus, aut turbulentus, eat ad illam *Ona* de Ramiranis, et si inuenerit eum pro malo hoc expellat eum de villa et accipiat hereditatem et habeat monasterium directuram et hereditatem» (1262, doc. 6)¹⁰;

«sabian quantos este testamento viren como eu donna T^a Suarez, *honna* de Ramiraes, jazendo en gran enfermidade pero con todo meu sisso et con toda mia memoria, façõ meu testamento» (1295, doc. 8)¹¹.

«sabeam quantos esta carta uiren como donna Sancha Perez, *Onna* do moesteiro de San Pedro de Ramiraas, e oo conuento deste meesmo lugar, aforamos a uos (...)» (1351, doc. 9)¹².

A partir de 1423, os notários fazem uso de *abadesa*, desaparecendo a denominação de *ona*¹³. Nas mesmas condições contextuais em que anteriormente se empregava *ona*, passa a surgir *abadesa*:

«sabeam quantos esta carta viren como nos dona Beatris Aluares, *abadesa*

⁷ O trabalho foi publicado em *Archivos Leoneses. Revista de Estudios y Documentación de los Reinos Hispano-Occidentales*, ano XXV, n.º 49, Janeiro-Junho de 1971, p. 9-74.

⁸ Emilio Duro Peña, *ob. cit.*, p. 29.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 61.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 63.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 65.

¹² Idem, *ibidem*, p. 66.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 29. A abadessa D.^a Beatriz Álvares, cujo mandato durou cerca de cinquenta e três anos —desde 1420 a 1473— é designada de *abadesa* a partir de 1423. Nos documentos anteriores é sempre referida como *Ona*.

do mosteiro de San Pedro de Ramyraas, e as frayras e clerigos e conuento do dito mosteiro (...)» (1459, doc. 13)¹⁴.

Passemos, em seguida, à apresentação e discussão da etimologia do arcaísmo *ona*.

A consideração de outras formas do antigo galego-português que oferecem, aliás, um nítido paralelismo e uma clara similitude com outras formas românicas —cf. fr. *madame*, ao lado da forma contracta do fr. ant. *mame*; ital. *madonna*, além da forma contracta do ital. ant. *monna*; esp. ant. *mioña*, *mieña*, esta última forma registada já em Berceo¹⁵— resultantes todas elas da aglutinação do pronome possessivo feminino da primeira pessoa e do substantivo DOMINA, parece sugerir a verdadeira etimologia da forma considerada. Efectivamente, existiu no antigo galego-português a forma *miona*¹⁶, usada como título honorífico dado às senhoras que, por nascimento ou casamento, pertenciam à mais alta nobreza¹⁷. A forma *miona* parece ter sido pouco frequente, tendo sido, possivelmente, deslocada pelas formas secundárias delas resultantes *meana*, *miana* e *minhana*¹⁸.

O étimo de *miona* é inequivocamente a expressão latina MEA DOMINA, tal como já foi apresentado por José Joaquim Nunes¹⁹, Huber²⁰ e Cornu²¹, do mesmo modo que a forma *miono* também usada na língua medieval galego-portuguesa, ainda que com menor frequência que a correspondente forma do feminino²², assenta em MEU DOMINU²³. É muito provável que o sintagma

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 71.

¹⁵ Cf. J. Cornu, *Étymologies espagnoles et portugaises. (VIII)*. In: *Romania*, vol. IX, 1880, p. 134. Sobre a explicação das formas do antigo castelhano, veja-se Gunnar Tilander, *ob. cit.*, p. 346. Note-se que o substantivo DOMINA teve um tratamento distinto quando funcionava como substantivo tónico ou como forma átona seguida de um nome próprio. Esse duplo tratamento está patente num documento de San Juan de la Peña de 1063 publicado por Menéndez Pidal em *Orígenes del Español*, no qual se regista a seguinte expressão: «illa duenna donna Urracka». Cf. Ramón Menéndez Pidal, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Peninsula Ibérica hasta el siglo XI*. 6ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 42. Para esse distinto tratamento fonético de DOMINA chamaram a atenção J. Corominas e José A. Pascual, *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid (Editorial Gredos), vol. II, 1980, s.u. *dueño*, p. 530 a).

¹⁶ Sobre algumas abonações de *miona* na fase antiga da língua, veja-se José Pedro Machado, *Miona*. In: *Boletim de Filologia*, vol. V, fasc. 1-2, 1937, p. 368-374.

¹⁷ Gunnar Tilander, *Português antigo miona, miana*. In: *Archivo de Filologia Aragonesa*, vol. XIV-XV, 1963-1964, p. 345. (O trabalho referido é uma versão em castelhano do artigo *Ancien portugais miona, miana*, publicado originariamente em língua francesa em *Studia Neophilologica. A Journal of Germanic and Romanic Philology*, vol. XV, n.ºs 1-2, p. 191-194.) Segundo Viterbo, *miona* (com as variantes *meana* e *miana*) era um tratamento honroso atribuído «no século XII e XIII, às senhoras de mais idade ou viúvas da primeira qualidade e nobreza (...)». Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *ob. cit.*, s.u. *meana*, e *miana*, ou *miona*.

¹⁸ Gunnar Tilander, *ob. cit.*, p. 345.

¹⁹ José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 160.

²⁰ Joseph Huber, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg, 1933, p. 100, § 199,2.

²¹ J. Cornu, *Grammatik der portugiesischen Sprachen*. Strassburg, 1906, p. 71, § 176.

²² Para algumas abonações de *meono*, veja-se José Pedro Machado, *Miona*. In: *Boletim de Filologia*, vol. VI, p. 421.

²³ Gunnar Tilander, *ob. cit.*, p. 345.

MEA DOMINA tivesse sido originariamente uma fórmula de tratamento; desconhecem-se, porém, exemplos desse emprego em antigo galego-português. Todos os exemplos resultantes de MEA DOMINA são utilizados como título honorífico com o valor atrás referido²⁴.

No que diz respeito à evolução fonética, merece especial referência a perda de *d* tornado intervocálico na fonética sintáctica, devido ao facto de a forma pronominal e o substantivo se terem fundido intimamente, ficando perfeitamente aglutinados. O mesmo tratamento da consoante se verificou na evolução para as formas do antigo castelhano atrás referidas, *mioña* e *mieña*.

Apesar da perda de *d*, a consciência da composição da palavra e da presença do possessivo era certamente bastante clara para os falantes daquela época, muito particularmente para os do período mais antigo, tendo levado a uma reinterpretação da forma *miona*, o que conduziu à criação de *miana* e *minhana*, sendo o pronome restabelecido respectivamente nas formas *mia* e *minha*²⁵. Essa consciência era ainda bastante clara no século XIII, uma vez que as crónicas medievais indicam, por um fenómeno de etimologia popular, como origem do nome do do mosteiro de Oña, a forma *mioña*, nome dado pelos castelhanos à Condessa D.^a Sancha²⁶. Na tradução galega da «Crónica Geral» há um texto que, sob este aspecto, é bastante expressivo:

«Enpos ysto o conde dô *Sancho*, cõ pesar et quebrãto por *que* matara sua madre en *aquella* manãa, fezo por ende hũu moesteyro muy noble et posolle nume *Onna*, por o nume de sua madre, ena *guisa* que agora diremos: En Castella soyã chamar *Mioña* porlla senora, et *aquella* cõdesa dona *Sancha* era teuda por senora en todo o condado de Castella, et por ende mandou o conde toller deste nume *Mioña* aquel “mj” que diziã primeyro en este nume; et esta palaura que fica tollida ende “mj” que lli chamassem por ende a *aquel* moesteyro *Onna*; et assi lle chamã oge en dia *Onna*»²⁷.

Paralelamente ao que sucedeu com a forma do antigo castelhano *mioña*, também na forma galego-portuguesa *miona*, a consciência da presença do possessivo da primeira pessoa, com valor afectivo e honorífico, teria levado à

²⁴ Veja-se Marilina dos Santos Luz, *Fórmulas de tratamento no português arcaico. (Subsídios para o seu estudo)*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VIII, tomos I e II, 1957, p. 236.

²⁵ Veja-se também o que é dito por Gunnar Tilander, *ob. cit.*, p. 346.

²⁶ Cf. R. Menéndez Pidal, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario*, vol. I, 4.^a ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 328, § 138.

²⁷ Ramón Lorenzo, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica, anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. Vol. I, Orense (Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”), 1975, p. 232. Veja-se o passo equivalente da Crónica Geral de Espanha de 1344: «Entom o conde ouve desto grande pesar e quebranto, porque assi fora morta sua madre, por a qual cousa / elle despois fez hũu moesteyro muy noble e poselhe nome *Onha*, polla senhora. E, por que a condessa dona *Sancha* era theuda por senhora em todo o condado de Castella, mandou o conde tolher daquelle nome *Myonha* aquelle “my” que vem primeyro ãno nome de *Myonha*». Cf. *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica de texto português por Luis Filipe Lindley Cintra, vol. III, Lisboa (Imprensa Nacional-Casa da Moeda), 1984, p. 202.

deglutinação da sílaba inicial, isolando a forma *ona*, tão abundantemente registada nos documentos do mosteiro orensano de Ramiranes. Se o fenómeno foi local, tendo como ponto de partida uma interpretação individual ou se, pelo contrário, aflorou noutras zonas do antigo domínio galego-português, não é possível, com os elementos actualmente disponíveis, esclarecer. Do desconhecimento de outras abonações de *ona* fora da área de Ramiranes não pode, naturalmente, concluir-se pela sua inexistência. Para ampliar e completar a história do léxico galego-português é urgente a publicação de novas fontes documentais.

De quanto até ao momento foi dito parece poder concluir-se que a origem do arcaísmo *ona* é a forma *miona*, proveniente de MEA DOMINA, e usada na fase antiga da língua como título honorífico e talvez inicialmente como apelativo. Embora não seja conhecido o emprego de *miona* com este último valor, não custa a aceitar que ela tenha sido usada, no caso concreto de Ramiranes, na linguagem do mosteiro, quando referida à abadessa.

Parece, pois, evidente a relação do arcaísmo *ona* com a forma *dona* (<DOMINA), utilizada muito frequentemente na antiga língua galego-portuguesa como designação não só da mulher nobre casada ou viúva, mas também quando pertencente ao estado religioso²⁸. Aliás, segundo informa Pedro de Azevedo, as designações mais antigas para indicar o estado religioso do sexo feminino eram as que representam as formas latinas DOMINA e SOROR²⁹.

A etimologia proposta parece, pois, satisfatória tanto sob o ponto de vista fonético como sob o ponto de vista semântico. Poderia, porém, pôr-se a hipótese de um sintagma do tipo ILLA DOMINA³⁰ ser a origem da forma apresentada. Ainda que igualmente possível e foneticamente aceitável, o conhecimento das designações utilizadas na documentação de Ramiranes relativamente à abadessa e às freiras do convento, parece tornar pouco provável tal etimologia. Até ao século XV, época a partir da qual a denominação de *abadesa* começa a generalizar-se³¹, usa-se como forma tónica, com o valor de substantivo comum, muitas vezes precedido de artigo

²⁸ Marilina dos Santos Luz, *ob. cit.*, p. 230-232.

²⁹ Pedro de Azevedo, *Urraca Machado, dóna de Chelas*. In: *Arquivo Histórico Português*, vol. III, 1905, p. 1 e n. 1 desta página.

³⁰ J. Cornu cita a forma do português antigo *aona* e indica que a palavra é equivalente a *a dona*. Embora sem o dizer expressamente, é-se levado a crer que o Autor aceita como étimo a expressão ILLA DOMINA, uma vez que refere a síncope de *d*. (Cf. J. Cornu, *Grammatik der portugiesischen Sprachen*. Strassburg, 1906, p. 71, § 176). Essa forma colhera-a Cornu no *Elucidário* de Viterbo que refere a presença de *aona* num documento de Grijó de 1138. No artigo relativo a *Canonica* afirma este último Autor o seguinte: «assim chamavam ao mosteiro, em que se vivia, segundo a forma dos sagrados cânones, ou em que viviam cônegos. No de 1138, a *famula de Deos*, Flâmula Gomez doou certas herdades (e entre elas uma, que tinha sido de sua avó *Aona Domna Flammula*) *Canonicae Salvatoris de Ecclesiola*». (Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *ob. cit.*, s.u. *canonica*¹). Em face do conhecimento das formas de Ramiranes —*onna*, *ona*, *honna* e *hona*— sou levada a crer que estamos perante a mesma forma, transcrita juntamente com o artigo definido.

³¹ Veja-se o que foi dito atrás, págs. 73-74.

definido, *ona* ou alguma das variantes gráficas (*onna*, *hona*, *honna*). Aliás, já num documento em latim, datado de 1262, aparece a forma *ona* precedida da forma do pronome demonstrativo *illam*, com evidente valor de artigo definido: «si aliquis de populatoribus ipsius ville fuerit latro, aut malus homo, aut superbus, aut turbulentus, eat ad illam *Ona* de Ramiranis, (...)»³². Paralelamente, como adjectivo-título ocorre frequentemente a forma *dona* (ou a var. *donna*), emprego muito generalizado em textos correspondentes à fase antiga da língua³³. Num documento de 1253, em latim, entre as freiras que figuram como testemunhas, refere-se a abadessa «*Donna* Maria Fernandi»³⁴; deve salientar-se que esse prenome não se aplica, neste caso, às monjas do mosteiro enumeradas. Emprego idêntico se verifica noutros documentos:

«*Ona* *domna* Maria Fernandi III»³⁵;

«notum sit omnibus quod ego *domna* Maria Fernandi III^a *Ona* in Ramiranis»³⁶;

«sabeam quantos esta carta viren como nos, *dona* Giomar Meendes, *hona* do mosteiro de Sam Pedro de Ramyraas»³⁷;

«sabeam quantos esta carta viren como nos *domna* Giomar Meendes, *onna* do mosteiro de Ramyraas»³⁸.

O emprego do prenome *dona*, antecedendo o nome das freiras deste convento beneditino, é bastante raro: num documento de 1271, entre as freiras referidas como testemunhas e indicadas apenas pelo nome próprio, cita-se «*domna* Stephania»³⁹. Mas a este emprego mais ou menos esporádico de *dona* como adjectivo-título contrapõe-se um outro, mais frequente, da mesma forma como substantivo comum. As freiras são designadas frequentemente por *donas*, mas usa-se também a denominação *frayras* e, precedendo a enumeração das testemunhas indicadas em cada documento, além de *donas* é conhecido o emprego de «*donas... monjas*», de *moniales*, *moniales testes*⁴⁰.

Não parece, portanto, muito provável que a forma *DOMINA* se utilizasse

³² Cf. Emilio Duro Peña, *ob. cit.*, p. 63.

³³ Marilina dos santos Luz, *ob. cit.* p. 227-230.

³⁴ Emilio Duro Peña, *ob. cit.* p. 61.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 62.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 64.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 67.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 69.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 65. Sobre o emprego do prenome *dona* em circunstâncias análogas, veja-se Emilio Duro Peña, *ob. cit.*, p. 34, n. 130. O A. cita alguns casos —no total pouco numerosos— em que o nome próprio vai precedido do prenome *dona*. As freiras de Ramiranis são geralmente citadas pelo nome próprio e pelo apelido patronímico.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 34. Vejam-se também os vários documentos incluídos na “Seleção documental”.

como forma tónica, como substantivo comum, simultaneamente como designação das freiras e da abadessa do convento. Sendo assim, não será de aceitar que *ILLA DOMINA* possa estar na origem do arcaísmo *ona*, largamente utilizado na documentação do referido mosteiro.

A atribuição do título honorífico *miona* à abadessa de Ramiranes parece, por seu lado, adaptar-se bem ao seu perfil e às suas prerrogativas: ela «era la cabeza espiritual del monasterio y a la vez señora temporal de sus cotos, con jurisdicción civil y criminal que ejercía mediante el personal acostumbrado: merino o alcalde mayor, alguaciles y notario. Procedía de familias hidalgas y no pocas veces figura primeramente como monja del monasterio. Es de presumir que a la hora de la elección, tanto o más que sus cualidades personales, pesaría lo suyo el influjo de la familia a que pertenecía»⁴¹.

Em conclusão: *ona*, arcaísmo galego-português, amplamente usado pelos notários de Ramiranes entre o início do século XII e o primeiro quartel do século XV, foi também certamente uma forma muito usada pelas freiras do convento como designação da sua abadessa. É provável que tenha tido origem no título honorífico *miona*, talvez usado inicialmente como fórmula de tratamento. A grande vitalidade do termo é atestada pelo largo emprego que dela fizeram os referidos notários, ao longo de vários séculos da vida do mosteiro. A partir do século XV, a palavra entra em decadência na linguagem notarial, suplantada pela forma *abadesa* que se vai tornando cada vez mais frequente, sendo provável que já anteriormente aquela forma tivesse deixado de ser uma forma viva da linguagem falada.

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 33.